

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Gab. Des. Tyrone José Silva

OFC-GabDesTJS - 322023
Código de validação: AC75A5098B

São Luís (MA), 30 de novembro de 2023

**A Sua Excelência o Senhor
Paulo Sérgio Velten Pereira
Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão**

Assunto: Relatório da Audiência Pública realizada em Barreirinhas.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, encaminho a V. Exa. a Ata da Audiência Pública (em documento anexo) realizada em Barreirinhas, no dia 17 de novembro do corrente ano.

A Audiência Pública foi a 1ª de minha gestão, promovida por esta Ouvidoria com o propósito de estimular a participação popular na construção de um Poder Judiciário mais eficiente, republicano e próximo da sociedade.

Adianto que a grande maioria das manifestações do público está relacionada às invasões de terras, conflitos fundiários.

Aproveito também para relatar as solicitações dos juízes da referida comarca, para conhecimento e providências que o caso requer.

A 1ª vara de Barreirinhas solicita:

1) Concurso de Remoção de Servidor, haja vista a necessidade de completar o quadro de servidores previsto para a duas varas da Comarca de Barreirinhas;

2) Disponibilização de um veículo com tração 4x4 para a Comarca de Barreirinhas, para utilização pelos Oficiais de Justiça da Comarca, posto que a nossa comarca possui muitos povoados de difícil acesso;

3) Construção de um novo prédio do Fórum da Comarca de Barreirinhas, a fim de aperfeiçoar o acesso à justiça na comarca, notadamente com o funcionamento das duas unidades em um único prédio.

Já a 2ª vara solicita:

1) Concurso de Remoção de Servidor, OFC-2VBAR – 182023 anexado a Requisição n. 885426,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Gab. Des. Tyrone José Silva

885685. Tendo em vista que a 2ª Vara de Barreirinhas encontra-se com 4 cargos vagos;
- 2) Concessão de GAJ para o Servidor Aluizio Bispo Cruz Junior - Processo n. 240832023;
 - 3) Solicitação de um funcionário auxiliar de serviços gerais para a 2ª Vara de Barreirinhas;
 - 4) Disponibilização de um veículo 4x4 traçado para a Comarca de Barreirinhas para utilização pelos Oficiais de Justiça da Comarca.
 - 5) A 2ª Vara não tem Defensor e nem Promotor titular, apenas membros em respondência.

Assim, dou ciência do ocorrido por ocasião da Audiência Pública na esperança de que V. Exa. encaminhe a solução adequada para os problemas que estejam na sua esfera de atribuição e competência.

Renovando manifestação de estima, subscrevo-me atenciosamente.

Desembargador TYRONE JOSÉ SILVA
2º Vice-Presidente/ouvidor
Matrícula 16246

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 04/12/2023 10:19 (TYRONE JOSÉ SILVA)



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMARCA DE BARREIRINHAS / MA

Aos 17 dias do mês de novembro de 2023, às 17 horas e 15 minutos, na Câmara de Vereadores do Município – *Plenário Edil Antônio Inácio Andrade*, foi realizada audiência pública referente à atuação do Judiciário da Comarca e em seus termos judiciários. A audiência contou com a participação de aproximadamente 100 pessoas. Foi iniciada pelo cerimonial, que explicou o objetivo do evento. O Ouvidor saudou os presentes e teceu considerações sobre evolução da sociedade, que hoje é mais conhecedora dos seus direitos, e têm ciência da necessidade de buscar o Poder Judiciário visando a solução dos seus problemas. Falou que o Judiciário historicamente não consegue atender a demanda em tempo hábil mas que o Tribunal de Justiça do Maranhão, ciente dessa realidade, tem trabalhado para isso. Disse estar preparado para ouvir as críticas e sugestões, e pediu que a população não se intimidasse com a presença dos juízes, pois eles se faziam presentes, porque também desejavam ouvir a população.

Em seguida, foram convidados a compor a mesa o 2º Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão – Ouvidor Judiciário – Exmo Sr Desembargador Ouvidor Judiciário Tyrone José Silva, o Exmo Sr Diretor do Fórum da Comarca de Barreirinhas e Juiz da 1ª Vara - Drº José Pereira Lima Filho, o Juiz da 2ª Vara da Comarca - Drº Ivis Monteiro Cotsa, o Exmo Sr Prefeito de Barreirinhas – Srº Amilcar Gonçalves Rocha, a Presidente da Câmara Municipal – Sra Irlanda Batista, a Sra Sandra Maria Gonçalves Rocha Representando a Sra Marcia Milena Correa Nunes - Presidente da OAB/SUBSEÇÃO *BARREIRINHAS* – e o Defensor Público – Dr Lucas Gomes Prado.

Fala do Desembargador: Boa Tarde a todos e todas, é com imensa satisfação que agradeço a presença de todos, e momento em que faço saudação a todos membros da mesa, agradecendo as suas presenças e seu empenhos para essa nossa reunião, nossos Juizes daqui da Comarca, nosso Prefeito, nossa Presidente da Câmara que nos cedeu esse espaço, e demais representantes de nossa sociedade e nossas autoridades que estão nessa mesa, eu declaro aberto os trabalhos e devolvo a palavra ao Cerimonial para fazer referência e nominar as demais autoridades e representantes da sociedade que estão presentes aqui nessa nossa reunião.

Cerimonialista:

Registrando a presença da Sra Secretária de Regularização Fundiária do Município - Sra Vera Costa, Secretário de Segurança Pública - Sr Francisco Soares, Secretária de Saúde - Sra Karina Daise, Secretário de Meio Ambiente - Dr Adler Leitão, Procurador do Município de Barreirinhas - Drº Gracivagner Caldas, e Secretário Chefe de Gabinete - Sr Manuel Rodrigues

O Defensor Público – Drº Lucas Gomes Prado, iniciou saudando as autoridades presentes na mesa, em especial ao Desembargador Ouvidor Tyrone José Silva – menciona que a Defensoria chegou a Comarca de Barreirinhas faz aproximadamente de 01 ano, e temos somado esforços para contribuir com avanço do Poder Judiciário e a Serventia Extrajudicial da Cidade, agradeço o convite de V. Exa. para que todos nós fizéssemos presentes nesta data, e me coloco inteiramente a disposição, acompanhado de toda minha equipe, para evolução dos Trabalhos nesta cidade, especialmente a busca da Solução Extrajudicial de Conflitos, e me coloco a disposição desde já no que puder contribuir dentro o que for competência da Defensoria Pública.

Em seguida a Drª Sandra Maria Gonçalves Rocha – Representando a Presidente da OAB/Subseção Barreirinhas saudou a todos, e colocando-se a disposição de todos.

Cerimonialista registra a presença do Sr Raimundo Calixto – Superintendente Regional de Exploração da Região dos Lençóis.

A Presidente da Câmara de Municipal de Vereadores – Vereadora Irlanda Batista, agradece a presença de todos, fala que houve uma reunião prévia antes de acontecer essa Audiência Pública e hoje acontecendo essa audiência tem certeza que a População de Barreirinhas esperava por esse momento. A gente tem ouvido o anseio da população sobre nossos processos, mas com a criação da 2ª Vara o que tem melhorado em muito aqui no Município – mas também a gente tem muitas outras coisas a buscar, e me coloco a disposição – sendo representante dos demais Vereadores.

Saúdo a presença da Vereadora Sandra que está na plateia, o Vereador Amarildo Alves, e em nome da Câmara Municipal e junto somar as autoridades presentes.

Cerimonialista regista a presença do Major Lopes e Ten Mayara da Polícia Militar de Barreirinhas. Também a presença dos Vereadores: Amarildo Alves, Oleandro e Sandra Via Box.

Sr Prefeito de Barreirinhas (com a palavra) Sr Amílcar Gonçalves: Sauda ao Ilustre Ouvidor do Tribunal de Justiça Desembargador Tyrone, aos Doutores da 1ª e 2ª Vara – Dr Ivis e Dr José Lima, Dr Uchoa (Defensor Público), Dra Sandra e Dra Irlanda, amigos representantes da Sociedade aqui presentes, que se dispuseram num final de tarde de uma sexta feira para comparecer a um debate tão importante. Nós fizemos uma reunião na semana passada, e pensávamos em procurar um auditório maior, achando que o povo ia comparecer massivamente, mas ponderamos: gente numa sexta feira a tarde, esse auditório da câmara é o suficiente para receber o povo que vai nos procurar. Mas o importante é que aqui não tem pouca gente, tem muita gente, e as pessoas que estão aqui são muito representativas da sociedade. Cita que tem vereadores, secretários, lideranças sindicais, liderança de associações, lideranças religiosas, empresários, a presença do Dr Baial – Juiz Aposentado. Finaliza falando que Justiça Boa, é Justiça Célere. Justiça que se presta com eficiência e rapidez. Eventualmente alguém não gosta da decisão, mas quando ela é rápida aquele que não gostou, tem o direito a recorrer as instâncias recursais. Se a Justiça é célere e transparente, que é o caso da justiça se colocando aqui a disposição da população Barreirinhense.

Marca a presença do Sr Nivaldo Nunes – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Juiz da 2ª Vara – Dr Ivis Monteiro – Saúdo a mesa na presença do Desembargador – inclusive parabenizando pelo evento e a mobilização, pois uma grande surpresa – conforme mencionado pelo Prefeito – numa sexta à tarde um comparecimento em massa da população que é de grande importância para esse evento. Cumprimentando aos advogados presentes.

Estamos aqui Senhores (visualizando o Banner da Ouvidoria) para justamente ouvi-los, suas reclamações, sugestões, dúvidas. Estamos aqui, eu e o colega Dr José Lima, somente para acolher a palavra dos presentes., com um único objetivo, que é aprimorar e melhorar a prestação jurisdicional - é o nosso objetivo no sentido em tempo que a justiça deve ser célere, como já dito anteriormente. E para que o judiciário tenha essa celeridade tão almejada, não basta apenas o papel do judiciário, tem uma conjuntura de fatores de todas as disposições: Vejo aqui a Polícia Militar (de grande importância), o Tabelaio Renato Madeira, a Defensoria Pública, a Prefeitura, a Secretaria de Saúde, a Secretaria da Assistência Social – de suma importância para as demandas da 2ª vara – ou seja, todas as instituições estão presentes como forma de melhorar cada vez mais a prestação jurisdicional. Estamos aqui para ouvi-los e acolher as sugestões que forem dadas.

Juiz da 1ª Vara – Dr José Pereira Lima Filho – Boa tarde, peço licença ao Desembargador Tyrone para cumprimentar a mesa na pessoa da Dra Sandra – especialmente em razão da relevância da advocacia na nossa comarca. Aos demais cumprimentos e as demais autoridades, peço licença para abreviar. De fato atividade do Magistrado é deveras restrita, especialmente em razões legais e processuais, é natural que todo juiz possa eventualmente sempre mantém uma distância das partes. A relevância deste evento é único especialíssimo para nós, foi uma alegria receber o convite, mas, na verdade, Desembargador Tyrone – foi uma convocação, Vsa Exa nos convidou, mas a rigor, trata-se de uma convocação, em razão da relevância institucional da Ouvidoria que pode, sem excluir as questões processuais, ouvir todas as reclamações, sugestões enfim tudo que pode aprimorar a atividade do Poder Judiciário. A realidade da nossa unidade e posso falar também da 2ª vara da nossa comarca – que objetivamente é satisfatória, apesar de todos os percalços (não irei me alongar quanto a isso, pois não é o Objetivo da reunião) mas em que pese aos desafios, especialmente humanos, quanto a limitação de pessoal que temos, por exemplo, metade dos servidores foram pra segunda vara. E quando eu cheguei aqui também a realidade da 1ª vara, que melhorou de alguma forma, a dificuldade de logística, e os entraves, que enfim não devem ser apontados como justificativa para morosidade dos processos, mas que podem Drº Ivis, e quero especialmente direcionar ao Senhor, tornar relevante a nossa dedicação permanente, a nossa atividade aqui é de fato ininterrupta contando sempre com a contribuição relevante da Assessoria do profissional do Ministério Público, enfim é uma alegria Desembargador Tyrone, estar aqui nessa reunião. E nesse ponto a 1ª Vara e todos que já

estiveram comigo conhecem o nosso perfil profissional que é apenas um retrato do Egrégio Tribunal de Justiça que tem virado os olhos com muito carinho para Barreirinhas. Tenho que registrar a dedicação do Desembargador Paulo Veltem e da Presidência do Tribunal de Justiça, especialmente em relação a reforma do Fórum, que lá é condizente com a acessibilidade a informação, ainda não é, mas já avançou quanto possível, considerando as limitações, especialmente, orçamentárias que o Tribunal de Justiça tem. Agradeço a todos, com a palavra o Cerimonial.

Cerimonialista: Queríamos mais uma vez agradecer a presença de toda sociedade civil, autoridades, a presença do Drº José de Ribamar Brandão, Vice Prefeito de Barreirinhas, Advogado e Juiz aposentado. Drº Orlando Campos, Advogado e Vice-Presidente da OAB. Srº Nivaldo Nunes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Srº Raimundo Buchu– Líder Comunitário do Povoado Boa Vista. Sra Agda Melina – Representando a pessoa Idosa e ex Presidente do Sindicato dos Professores do Município. Sr Riba Canaverde, ex vereador, Presidente do Instituto Rio Preguças. Drº Renato Madeira – Tabelião, Chefe Tabelião do Cartório de Barreirinhas. Sr Genivam, representando a Comunidade Murici e a Igreja Católica. Srº Rogério Rocha – representando o departamento da Juventude de Barreirinhas. Também queremos agradecer mais uma vez ao Sr Rodrigo Calixto – Superintendente Regional, Srª Vera Costa – Secretária de Regularização Fundiária, Sr Francisco Soares – Secretário de Segurança Pública, Karine Daise – Secretária de Saúde, Drº Adler Leitão – Secretário do Meio Ambiente, Drº Gracivagner Caldas – Procuradoria-Geral do Município, Srº Manoel Rodrigues – Chefe de Gabinete, a Polícia Militar Sub Comandante Major Lopes e Tenente Mayara, agradecer também a presença dos Vereadores Srº Amarildo Alves, Oleandro e Sandra Via Box.

Fala do Ouvidor – Desembargador Tyrone José Silva: Antes de iniciar aqui nossa conversa que vai ser bem informal, bem a vontade, gostaria de registrar minha dupla satisfação, que é está prestando serviço a sociedade, serviço que é nosso dever como Judiciário, e também fazendo isso nesta cidade que é Barreirinhas, que é minha cidade, meu município, minha família de mãe é toda daqui, tenho primos e sobrinhos, tenho uma prima aqui presente em nossa reunião, é um prazer imenso estar aqui nessa cidade, fazendo esse trabalho. Tive que registrar pois é um motivo de satisfação para mim, e além disso sou cidadão, título concedido pela câmara, sou membro da Academia Barreirinhense de Letras, então uma serie de razoes que me deram para estar aqui partilhando, satisfeito e agradecido em participar desse evento aqui com vocês. Bem gostaria de agradecer mais uma vez ao Ronildo Calisto – que nos ajudou bastante nesse evento - que é nosso Presidente da Academia de Letras, nosso Coordenador Superintendente do órgão do Estado e Relações Sociais e colaborou bastante nesse trabalho nosso aqui, em fazer essa reunião. Nós aqui da mesa, vamos mais ouvir do que falar, o nosso trabalho é Ouvir, ouvir a Sociedade, ouvir os representantes da Sociedade, como já mencionou aqui o Prefeito, a grande maioria dos presentes aqui são representantes da sociedade civil, que representa outros setores que tem prestação de serviço, que tem autoridade em Barreirinhas, que prestam Serviço Público. E evidentemente vão colocar aqui as questões do dia a dia, que acompanham, que sintam a necessidade de aperfeiçoamento, aqui acolá, vem trazer suas sugestões aqui, é importante para nós essa participação. Devo também confessar a minha satisfação pelas boas informações que já tive aqui dos colegas da Comarca e instituições importantes como OAB, como da Defensoria Pública, da Prefeitura e todos fazendo boa referencia da atual atuação dos nossos Juízes, isso é uma coisa que conforta todos nos e sabemos que a atuação do Judiciário aqui está boa, e que sempre procura melhorar alguma coisa, é pra isso que estamos aqui nessa reunião. Como eu disse aqui não tem formalidade, não tem receio de falar, não tem preocupação em medir o tanto que vai falar, o quanto vai falar, podemos falar a vontade aqui, em apresentar sugestões, reclamações, nós evidentemente não vamos dar soluções a casos concretos, mas vamos anotar, nós estamos com toda equipe de trabalho presente aqui para anotar aquelas questões que se entende que seja necessário se registrar, se cadastrar e dar uma resposta mais a frente, acompanhar os casos que por ventura sejam necessários acompanhamento da Ouvidoria, quanto acompanhamento dos nossos colegas Juízes da Comarca de Barreirinhas. Quero deixar a vontade, se por ventura tiver entre os presentes tiver algum assunto que queira conversar mais reservadamente com o Ouvidor ou com os Juízes, ou os 3 juntos, também vamos nos colocar à disposição para ouvi-los para registrar as informações que vão nos trazer, enfim

nós queremos conversar com todos, com essa finalidade, ouvir a sociedade, mesmo não estando completa, nossos representantes tem a responsabilidade de nos trazer quais são as inquietações, quais são suas preocupações, quais são as sugestões que seus representantes gostariam de dar, quais as questões que estão preocupando mais, estão incomodando mais as pessoas, nós temos questões de Violência, questões de Tóxicos, questão de imóveis, questões agrárias, questões de vizinhança. O certo nós temos aqui e como tem em todo lugar, todo país, todo mundo, várias questões que nós gostaríamos de ver esse ou aquele assunto ser mais olhado ou mais destacado, então vamos as questões de Ordem política que a Prefeitura pode resolver, os Vereadores podem resolver, a Polícia pode resolver, os Cartórios podem resolver. Enfim o que for necessário colocar aqui e agora, vamos colocar. Vamos aproveitar essa oportunidade, sem qualquer receio, com toda liberdade, com toda a cidadania que buscamos. Portanto é com esse espírito que eu queria ouvir aqui vocês nesse momento. Eu tive informações também que convidei alguns colegas da Corregedoria para estar aqui, um assunto nacional, e que o Maranhão não poderia estar de fora, algumas questões envolvendo terra, questões agrárias, envolvendo conflitos, e me parece que a Corregedoria já passou alguns dados, algumas informações, algumas orientações, os colegas aqui passarem em relação a esse assunto, portanto nós vamos fazer uma abrangência geral sobre o assunto, como é que tá sobre o cumprimento de pena, os processos penais, os processos de Ordem Pública, os processos civis, enfim qualquer assunto que quiser tratar aqui, todos tem liberdade para falar. E como eu disse: sem receio, fiquem todos a vontade, e já podemos então começar, quem quiser se manifestar já tá com a palavra franquida. A Polícia Militar está aqui presente também, se quiser fazer um relato da sua atuação aqui no Município pode fazer, é importante isso, para registrar como anda essa relação das Autoridades aqui com o Poder Judiciário ou Ministério Público, isso é importante demais, a Polícia Civil, a Polícia Militar, então estão todos aqui convidados a se manifestarem como quiserem e de forma que parecer mais comoda, sem qualquer tipo de timidez, sem qualquer tipo de limitação. Muito Obrigado!

Relatos:

Advogado Orlando da Silva Campos: atuo aqui na Comarca de Barreirinhas como cidadão e como advogado desde o ano de 2005, e é um momento de muita alegria cumprimentar vs exa, que sempre o fiz, quando ainda juiz da 4ª vara cível de São Luís, lembro bem da dignidade com que o senhor me recebia e recebia os advogados, e é uma honra tê-lo aqui em nossa cidade. Exa o meu questionamento surge em decorrência da vossa atividade profissional de hoje me dia, a gente sabe que a Ouvidoria do Estado do Maranhão a exemplo de todas outras no País, ela não busca caráter punitivo, e nem atribuir culpa a quem quer que seja, a ideia é estabelecer esse canal com a sociedade e desse modo aprimorar os serviços do Poder Judiciário, e é nessa perspectiva que eu gostaria de ponderar com vs exa um questionamento aqui do dia a dia da nossa atividade profissional. Bom, sistema PJE a orientação é que você deve reclamar aqueles processos que estão a mais de 100 dias sem movimentação. E assim, a gente as vezes como Advogado faz esse pedido, não, o nosso foco não é Punir, não é trazer problema pra qualquer serventuário, pra qualquer Autoridade, más efetivamente auxiliar ou contribuir com o poder jurisdicional, entregar uma prestação jurisdicional eficiente e eficaz que atenda efetivamente os interesses do Cidadão, então assim a gente quando recebe algumas respostas da Ouvidoria, me parece assim um tanto – muito rápidas às vezes – e o pedido que a gente faz aqui como Advogado e como Cidadão que tenham um pouco mais de, não diria de cuidado, mais um pouco mais de compromisso, vamos dizer assim, no acompanhamento dessas reclamações, porque me parece assim, você faz a reclamação e vê: Seu processo tá assim e ponto, papo encerrado, não tem mais pra onde ir, então a gente fica a perguntar: eu vou recorrer para o Tribunal, vou fazer um Recurso, vou exaurir instâncias, e o meu constituinte aqui? É nesse sentido meu pedido a Vsa Exa, Muito Obrigado.

Réplica do Desembargador: Muito bem, eu quero logo inclusive dizer a Vsa Exa que uma das minhas primeiras preocupações que eu tinha quando cheguei a Ouvidoria, inclusive já tive reunião com outras Ouvidorias, e levantei essa questão, até mesmo para estabelecer uma maior credibilidade né, que é receber a reclamação, e também não dar só a resposta que foi encaminhado pra aqui ou acolá não! É acompanhar a reclamação até o seu final, vamos acompanhar, e ficar inclusive dando outras informações entendeu, lá na Ouvidoria não vai resolver, mas a hora que a Ouvidoria intervem já é uma, digamos assim um acompanhamento a mais, uma cobrança a mais que se faz, para que se dê

uma Solução aquela questão. Lá nós mandamos encaminhar 1 vez, se cobra 2 vezes, parece que isso já estimula a dar uma prioridade desse ou daquele assunto. Até porque, eu acho que é regra – a hora que se recorre a Ouvidoria porque é uma coisa que tá se precisando de uma atenção maior, de uma Urgência maior, e quero lhe adiantar isso, que eu cheguei a pouco tempo a Ouvidoria, e uma das coisas que me preocupou logo foi isso, minha assessoria está aqui presente com relação a isso, e foi exatamente isso que eu coloquei : Olha eu quero vê as questões não só pra Ouvir informação e esquecer, nós vamos acompanhar até sair uma decisão conclusiva, e foi muito bem lembrada essa sua colocação porque me deu oportunidade de já esclarecer isso aqui para todos os presentes, que nós vamos adotar esse Sistema lá na Ouvidoria, é com essa minha administração: não só da resposta a Sociedade, como criar uma credibilidade para a Ouvidoria, a Ouvidoria realmente é pra ouvir, mas não é só pra ouvir não, é ouvir e dar consequência, certo. Muito Obrigado!

Fala do Defensor Publico – Dr Lucas Uchoa: Quero aproveitar a ocasião da Ouvidoria Dr Desembargador, e a Ouvidoria muitas vezes é lembrada e muito equiparada com a Corregedoria, mas a Ouvidoria in loco também é a sede que recebe elogios, a Defensoria Pública está na comarca a aproximadamente 1 ano e meio, temos mais de 3 mil processos, envolvendo processos criminais, processos cíveis, demanda extrajudiciais, e venho fazer Elogios e também a Corregedoria é um canal de elogios e com relação a primeira vara o meu elogio é o que diz respeito a – discricão – do Magistrado, extremamente zeloso e discreto na atividade da magistratura. Registro publicamente nessa Audiência Pública a atividade não menos importante e não menos densa diante da discricão de vsa exa Dr José, no que diz respeito a 2ª vara de Barreirinhas, o Elogio vai com relação a tentativa exaustiva de solução extrajudicial de conflitos, vsa exa sem forçar por isso, vsa exa sem passar do tom, forçar um acordo, não mede esforços no que diz respeito a tentativa de solução extrajudicial, é o que costumo dizer na Defensoria Desembargador, que muitas vezes a gente resolve o processo mas não resolve o problema, eu tenho muita convicção de que muitas vezes nós resolvemos muitos problemas sem processo, quando chega na 2ª Vara. No que diz respeito a atividade Extrajudicial com o Dr Renato, se outrora a Serventia Extrajudicial de Barreirinhas teve um passado talvez não tão – produtora – eu posso dizer que vsa exa a frente dessa Serventia Extrajudicial tem realizado um excelente trabalho, nós estamos reescrevendo Desembargador, livros extraviados por meio de citações de dúvidas, por meio de procedimentos administrativos, identificações extrajudiciais, o Registro Civil das pessoas naturais, que muitas vezes ficava de lado aquele cidadão ou aquela cidadã que ficava distante, e vejo aqui assistidos da Defensoria Pública que conseguem por meio da atividade extrajudicial sem que isso chegue ao Poder Judiciário resolver essas questões, então registro elogio também ao nosso registrador aqui da cidade, os policiais que muitas vezes ficavam, nós temos processos antigos, tem sido digamos assim – repriminados, tirados do fundo e que causa esse sentimento de insatisfação do profissional militar que tá na ponta, - Poxa eu realizei o flagrante e muitas vezes o processo fica 5, 6 a 10 anos sem ser julgado, eu afianço aqui e consíl da responsabilidade solidaria da fiança Desembargador que os processos criminais que entram hoje, as audiências de custódia que nós fazemos hoje, como regra, em menos de 90 dias nós temos feito audiência de instrução e julgamento, com a parceria, com todos virados naquele rumo, que é o resultado do processo, uma sentença boa ou ruim, esse processo tem uma decisão, o que traz assim pro popular: uma resposta penal, o que traz ao réu eventualmente o sentenciado – uma resposta, e por meio de um trabalho ad-afinco não só dos Magistrados também para os servidores que eu elogio aqui tanto o Adriano quanto a Raquel. Então a Defensoria Pública se coloca a disposição, eu me valho desse espaço para fazer elogio para ambas as varas, coloco-me a disposição para atividade, eu sei dentro em breve que as pessoas falarão o que diz respeito as questões imobiliárias, as questões de posse, eventualmente tem levantado, e me coloco a disposição para solução e no que diz respeito a isso eu também convoco, aproveitando que nós temos Secretários Municipais aqui, porque a sensação de abandono, essa sensação de não cuidado, muitas vezes é aquela sensação que faz com que “o ocupante/invasor” tenha esse ímpeto, então eu convoco para que todos chamem as suas responsabilidades, para que nesse momento em que nós temos ocupações diuturnas na cidade, queimadas, que todos convoquem suas responsabilidades, e não estou me eximindo, coloco a defensoria pública, que está de segunda a sexta feira das 8h as 17h á disposição para solução de

conflitos. Então registro o Elogio aos Serviços Extrajudicial, ao Serviço Judicial, e coloco a Defensoria a plena disposição de todos e todas. Muito Obrigado!

Fala do Desembargador: Obrigado Dr, e gostaria de deixar registrado aqui também a nossa Defensoria Pública do Maranhão, e, eu não diria nem uma das primeiras, eu acho que eu já tive informação aqui que é a 1ª Defensoria Pública mais organizada do Brasil, não é uma das melhores, é a Melhor do Brasil, informação que eu tenho é essa, meus Parabéns a Defensoria Pública.

Sra Salete Cunha – Diretora de Comunidade Terapêutica (Trabalha com Dependentes Químicos), que fica aqui no município, e que atende a todo Maranhão, e muitas vezes até outros Estados, nós recebemos ali pessoas para Tratamento da Dependência Química. Mas primeiro eu quero parabenizar, agradecer ao Desembargador Dr Tyrone, realmente é muito privilegio nosso, termos ouvindo aqui de perto nossas demandas, Parabenizar do Dr José que a sua permanência na cidade, nos trouxe uma certa quebra de paradigma de ter medo do Poder Judiciário, isso é muito importante para nós o Dr Lucas tem feito um trabalho excelente, a Defensoria Pública tem marcado realmente o antes e o depois, e isso é importante para nós, outrora talvez até muito próximo, principalmente as pessoas com menor grau de informação tinham do Poder Judiciário um certo temor e a gente sabe que muitas vezes, como disse o Dr Lucas esse sistema serve muito mais também para apaziguar, pra resolver problema, e eu quero Parabenizar, hoje nós nos sentimos, eu particularmente me sinto um tanto mais segura, temos aí o Major por exemplo é muito próximo a população e isso, e toda essa cadeia ai de Sistema de Segurança do Poder Judiciário tem trazido pra nós Barreirinhenses, que eu digo inclusive que é uma cidade diferenciada, todos vocês sabem porque, né já que nós somos hoje uma das cidades, eu diria a principal, recebemos visitantes do mundo inteiro. É necessário realmente nós termos um Poder Judiciário atuante, presente, e a Polícia Militar e outros órgãos, a Defensoria, enfim.

Mas eu queria fazer aqui dois pedidos: é que seja necessário que leve esse pedido, não falo apenas por mim Barreirinhense, mas como cidadã Maranhense, como representante dessa classe, que trabalha com esses dependentes químicos, nós somos um público que recebemos pouquíssima atenção, na verdade as comunidades terapêuticas têm sofrido um processo de abandono de verdade, nós recebemos visitas, e que seria de suma importância, imaginem vocês que os nossos acolhidos, que passaram por todo um sistema de marginalização de tudo, e que após isso eles ficam excluídos, tentando recomeçar a vida, a importância da fala de um de vocês pra levar uma mensagem não somente de punição, mas de esperança, porque ali nós recebemos cidadãos pais de família, filhos, irmãos, profissionais de todas as classes, então as Comunidades Terapêuticas precisam ser assistidas também. Gostaria muito que vocês, isso é um clamor não aqui de Barreirinhas, mas de todas comunidades no Maranhão, nós somos mais de 150 comunidades terapêuticas, então é preciso que tenha uma comissão que nos ampare e oriente, nos ajude, porque muitas vezes a gente só recebe visita quando é para punir, fiscalizar, e a gente precisa é de apoio pra nos ajudar nesse trabalho que o Estado. Aqui eu faço também para fazer uma Crítica ao Estado, porque o estado não faz esse trabalho, não tem uma comunidade que tenha um espaço dentro do Estado que receba e que acolha esse público e que trate realmente, nós precisamos de vocês. Encerro também, estamos praticamente dentro do ano eleitoral, importante que nós tenhamos no Poder Judiciário, profissionais que nos acompanhe até as comunidades esclarecendo a gente pensa que não é importante, mas é importante a fala do Poder Judiciário no que se trata, o crime da compra de votos. Nós já tivemos aqui em Barreirinhas um Magistrado que foi bem atuante na época, isso fez toda a diferença então nós precisamos também ser lembrados, de que é importante que essa informação chegue até o cidadão, principalmente na zona rural. Muito Obrigada!

Fala do Desembargador: Olha que depoimento importante como o seu, olha o tratamento sobre essa questão envolvendo as Drogas, envolvendo os menores e os adolescentes, tem que ser uma responsabilidade de todos nós, essa participação do Judiciário importante, por se tratar de um aspecto que sempre defendi isso, fui juiz da Infância e da Juventude, entendeu, e fui agora no Tribunal, quanto juiz não, atuei mais na Vara Cível, mas agora no Tribunal to atuando mais na área criminal, na Câmara Criminal, o quanto é se necessário se orientar esse jovem, se dar assistência a esse jovem, em grande parte a delinquência vem exatamente desse desequilíbrio, dessa falta de assistência, dessa falta de

acompanhamento com relação a esses jovens, e essa participação do Poder Judiciário, do Ministério Público, das autoridades, tem um valor espetacular né, porque é aquela mensagem de alguém que tem representatividade, de alguém que sabe que merece respeito, que transmite respeito, então quando uma autoridade Judicial, uma autoridade do Poder Judiciário, alguém faz essa interferência, não só a interferência de punir, mas essa interferência de colaborar, orientar, de dar encaminhamento, isso é importantíssimo, eu sempre defendi isso, realmente quanto juiz da Infância eu inclusive comentava o quanto é importante, ouvir e participar disso porque a hora que eu faço essa cobrança aos poderes, então na hora que fizer essa cobrança tem uma representatividade muito grande, tem um peso também, é o Juiz que tá dizendo que tá errado, é o promotor, é o Defensor, é o Comandante da Polícia que está clamando por essa atenção do Poder Público, isso é muito importante, isso salva muitas vidas também, e muitas famílias também, e boa parte da sociedade que envereda por essa doença, digamos assim, é uma doença a questão dos vícios, que precisa muitas vezes de investimento, de um tratamento muito mais do que de punição.

(Tema acidente de carro em virtude da falta de fiscalização) – Sr Edvaldo

Lilian Oliveira – Turismóloga: Agradecer por esse contato direto com o Desembargador, onde eu tenho algumas perguntas, posso dizer assim. Sobre as questões de Invasões de Terras, que a gente tem muito aqui, e segunda questão é que a maioria dessas terras não tem certidão. Tem apenas compra e venda de recibo – registrado no cartório. Inclusive na última invasão ali perto do INSS, teve um cara que disse assim: Recibo de Compra e Venda não prova nada, então eu tenho o direito de invadir. E o que a gente vê também é que as pessoas por terem somente esse Recibo ficam com receio, e as vezes nem sabem onde devem ir e nem a quem recorrer. Eu e minha família passamos por esse caso, ali no Coqueiro e no Laçador, a gente quase perdeu. A minha tia também, foi uma batalha muito grande para conseguir tirar (os invasores), mas conseguimos. O outro questionamento que também a Sra Salete falou, que eu vejo as pessoas antes de se afundarem no mundo das drogas e é o que tem muito aqui em Barreirinhas são adolescentes de 10 à 12 anos, são os que mais consomem. A parte do PROERD – que eu sei que é feito pela Polícia Militar, e o que eu pude acompanhar, é que não tem exatamente um “corpo” eficiente para poder tá atuando dentro das escolas, eu fui criada num Estado chamado Acre, num município (inaudível), aonde tinha um Plantão ou Comando/Quartel realmente lá, e tinha equipe, assim como tinha uma Equipe de Turismo, tinha uma equipe exclusiva destinada para atuar em todas as escolas, tanto da Prefeitura Municipal, como era da parte do Estado, e com relação a isso quando foi destinado uma equipe somente para atuar, o índice diminuiu e muito. Eu moro aqui no Bairro Santarém, muitos dizem que é um Bairro Nobre, porque tem vários empresários, ex políticos, vereadores. Recentemente a minha casa foi roubada, entraram na minha casa, e a 1ª coisa quando eu cheguei na delegacia foi me perguntar: Você estava em casa? Entraram com você em casa? Então assim, a gente vê como se o cidadão tivesse que fazer um favor, pedir! Eu não tenho que pedir, é um direito meu que eu tenho, então no primeiro momento que eu procura a Polícia, e a Polícia diz “você tava e, casa?”, “Você espera o quê? Nada?”. Significa que eles não vão fazer nada, e foi exatamente isso, eles não fizeram nada! Nada x Nada. Ainda pediram para relatar se eu “tinha suspeitos”, pois se for para “mim investigar”, eu vou fazer justiça com as próprias mãos. Eu compro um colete a prova de balas, eu pego uma arma e vou entrar nas “bocas” que se saem do Santarém até a Cidade Nova e vou investigar uma a uma, então fica bem complicado. Assim, eu não sei se essas minhas citações caberiam eu chegar na Ouvidoria e fazer, recorrer ou como recorrer. Como eu falei, eu sou Turismóloga, mas o pouco que eu estudei sobre o Turismo, eu procuro ficar vendo o que eu tenho direito, como cidadã do Estado e do Município que eu moro. Outra questão, quando tem alguns fatos do Município aonde eu fiz denúncias tanto da parte do Legislativo, quanto do Executivo, e você tá vendo que não tem resposta, se cabe também eu ir na Ouvidoria, mesmo sendo do Tribunal de Justiça e tentar fazer minha reclamação, já que não to sendo atendida nem n Executivo, nem no Legislativo. É isso, obrigada.

Fala do Desembargador: Essas falas todas cabem aqui para todos nós, esse convite nós fizemos para todas as autoridades exatamente para isso, hoje a Ouvidoria tem um conceito maior, nós somos uma Rede de Ouvidorias, exatamente para fazer essa interligação de uma Ouvidoria com outra, repassar

de uma instituição para outra, porque a Ouvidoria é um serviço público, um serviço para a sociedade, então ela envolve todo e qualquer aspecto, naturalmente que incomoda a sociedade. Parabéns.

Boa tarde a todos presentes nessa audiência pública, em nome do Prefeito Almicar Rocha sintam-se acolhidos nessa cidade. (Sr de terno azul): Sr Desembargador Tyrone, quero lhe fazer uma pergunta simples: eu tenho um “caso” aqui (tinha um papel em mãos) que eu pedi – Dra Maísa tá até aqui do meu lado, entrou com uma simples ratificação, porque minha mãe mudou o nome para Camila Gomes Rodrigues, e a minha identidade está aqui “esfarelada”, que hoje para tirar uma nova identidade precisa da Certidão de Nascimento, mas eu quero que continue Camila Pires da Costa e o Ministério Público aprovou, e quando chegou no Juiz foi negado. Ai marquei de falar com o Juiz e simplesmente a “repcionista” me disse que para falar com o Juiz teria que ter a presença de um advogado. Por que essa burocracia toda nessa Justiça Brasileira? Tá aqui, eu quero no que você puder me ajudar, vou pedir para o rapaz levar ai até você para dar uma olhadinha, por favor.

Fala do Desembargador: Pois não, o assunto vai ser repassado aos nossos colegas aqui para fazer o acompanhamento devido.

(Sobre a sinalização, segurança e fiscalização da Cidade) – Já foi debatido em Audiência Pública. (Sr de camisa azul ciano): Sobre as invasões de terra, que aqui tá demais. Não sei se o “pessoal” conhece uma Sra chamada Jane, eu ouvir falar não sei se é verdade, mas ela fica “no meio das pessoas” para invadir as terras, eu tenho uma terra que vale pouco, e recentemente ela tentou invadir lá, aí fica complicado (entendeu), ai nós estamos querendo ver isso, a população tá querendo uma ajuda, um olhar para isso. Isso é uma das minhas perguntas, obrigado.

Fala do Desembargador: Certo, muito obrigada.

Fala Drº Lucas Uchoa (Defensor Público): Sobre as “questões de trânsito”, Drº Gracivagner tá aqui para fazer a defesa do Município nesses processos – Todo acidente de Trânsito que acontece em Barreirinhas, eu tenho chamado o Município para dentro dos Processos – para ser Responsabilizado – pra quem é do campo Jurídico eu tenho denunciado a Lide em todos os processos, eu tenho chamado o Município por Omissão na Fiscalização de trânsito. São casos individuais, porque ao meu entender a Tutela Coletiva compete ao MP. No que diz respeito a Compra e Venda – reconhecido firma da compra e venda – Nós temos um problema sério Fundiário no Brasil, especialmente no Maranhão no que diz a informalidade da compra e venda. O que a pessoa tem muitas vezes, é o Reconhecimento de Firma, o que nós temos muitas vezes é um instrumento que o Cidadão faz na “Lan House” e já chega isso na Defensoria Pública o cidadão tá com um pedaço de folha da Lan House – “feita a Bic” e acha que aquilo é uma Escritura Pública, porque tem o “reconhecimento de firma” então o que nós podemos fazer, e eu sei que a Prefeitura tem feito isso, que é a Regularização dessas Terras aqui no Estado, é um trabalho imenso, mas, com certeza, se nós tomarmos conta da zeladoria publica, calçamento de rua, se nós tivermos as ruas iluminadas, fiscalização ostensiva por todos aqueles que são responsáveis, isso em tese diminuiria. Diminuiria a ideia que algumas partes da cidade estão abandonadas.

Quero aqui fazer um elogio a Secretaria de Regularização Fundiária que não tem medido esforços para tentar regularizar o que é possível regularizar. Obrigado Exa.

Fala da Vereadora Sra Irlanda Batista – Presidente da Câmara Municipal – quero parabenizar Drº Tyrone, onde estamos nesse momento bem próximo ao Judiciário, eu posso aqui fazer um pedido. Esse momento que estamos passando recente, sobre esses invasores de terra esses dias aqui em nosso Município, eu to vendo aqui pessoas que já me procuraram aqui na Câmara, pois estão preocupados com suas terras invadidas, gostaria de pedir ao poder Judiciário para agir mais rápido, por que se não vai chegar num ponto em que, eles (invasores/ocupantes) estão agindo em vários pontos – a gente tem sido procurado todos os dias. A vereadora Sandra vai falar mais sobre o assunto.

Fala da Vereadora Sandra Via Box – Saúdo a todos em nome do Desembargador Tyrone, e antes de vir pra cá nós tivemos uma reunião junto com o Prefeito e os vereadores, sobre essa situação que nós estamos vivendo desde “domingo” – uma situação de várias invasões – em todos os pontos, em todos os bairros, e vários povoados, a situação tá muito grave, a polícia já visitou bairros que já aconteceu várias invasões, a Polícia já esteve presente, e não pode fazer nada, porque depende do Judiciário. É isso que eles falam, porque o Judiciário tem que fazer alguma coisa. A gente tem um problema muito

grave que é a regularização, muita gente por causa dos processos que tinha antigamente, a maioria das pessoas só tem o papel de compra e venda, e agora tá sendo feita a regularização fundiária dos terrenos aqui de Barreirinhas, então o que acontece, hoje existe “um grupo” que se juntou e dizem: Você tem papel? Não? Se você não tem o papel, você não é dono de nada. A criminalidade tá grande, ontem um dos terrenos que eu tenho foi invadido. E a gente tem que ir pra cima porque se não for, eles vão e não respeitam ninguém, a gente até falou no gabinete do Prefeito que devia vir uma Força Tarefa grande para nosso município nesse momento, porque a coisa tá crescendo, todo dia uma invasão. Hoje também teve uma invasão – área do Minha casa minha vida – que eles acabaram de invadir por ser uma área muito grande. Cada dia, eles estão em pontos diferentes, daqui a pouco vão fechar a cidade e tomar de conta. Era só isso que eu tinha pra dizer, obrigada.

Fala da Sra Iracilde – Sindicato dos Agentes Comunitários de Barreirinhas: cumprimento a mesa em nome do Dr Tyrone, bem, essa demanda que a Sandra (Via Box – Vereadora) acabou de falar, hoje eu queria colocar como sugestão muitos donos de terra, eles não tem documentos, tem só a questão desse recibo de compra e venda, e o que eu percebo é que a questão de regularização fundiária se torna muito cara, para os donos desse terreno, eu deixo como sugestão nesse momento que eles estão de atacar todos esses terrenos que a gestão municipal que fizesse um Mutirão de regularização fundiária, diminuir esse valor, por que isso ia facilitar a vida desses proprietários. Ai cabe a gestão analisar se pode ou não pode. Eu também queria deixar para Drº Tyrone, dentro dos últimos dias, estamos tendo muitas audiências de juri popular. Dizer que nós servidores toda audiência somos convocados e nós do Sindicato Comunitário dos Agentes de Saúde que trabalhamos diretamente na “casa” dessas pessoas, elas “marcam” muito a gente. Mas dizer pra vocês que estamos aqui pra somar.

Fala do Desembargador: Só fazer referência, em relação a participação no Juri, apenas para questionar o quanto é importante isso, isso traz até dignidade para quem participa, talvez claro, nem sempre gente saiba a significação do Juri, mais o juri é um juiz popular naqueles crimes de homicídio, quem julga não é o juiz, quem julga é a sociedade, são as pessoas que vão participar do juri, são os juízes da sociedade, tanto que tem alguns privilégios as pessoas que participam do juri, tem algum destaque em Termo de Serviço Público, estar numa audiência é um serviço prestado a Sociedade. É um pouco incomodo realmente, não sabe o que é, as vezes passa o dia inteiro fora de casa. Fazer entender apenas ressaltar esse valor, essa importância do que é a gente participar como representante da Sociedade num juri popular. Porque ali é a sociedade sendo juiz, é o juiz do Estado julgando um cidadão ou cidadã, claro, essa repetição de sorteio as vezes incomoda, mas é muito importante, é tipo quando a gente participa como mesário numa eleição, aquilo ali é como se tivesse representando a Justiça Eleitoral, representando o Estado digamos assim, participando na colaboração de um ato cívico da maior importância, que são as eleições, as pessoas que participam como mesário, tão prestando serviço de alta relevância, de alta dignidade para o Estado e para a Sociedade. Obrigado!

Srº Rodney Reis – Cidadão: Estamos atingidos por essas invasões, na verdade meu pai gostaria de estar aqui participando, porém por problemas de saúde eu estou aqui representando. Dentro do que foi apresentado aqui, a gente tem documentação do imóvel, e lá do terreno cercado, e houve invasão na última terça-feira, e até agora pouco a coisa (invasores/ocupantes) permanece. A gente faz a apresentação da documentação de forma muito ordeira e pacifica, mas a parte de lá zombam da gente, zombam da sociedade, porque a gente possui documento de registro com matrícula em cartório, e a gente não tem instrumentos nesse primeiro momento para termos nossa propriedade. Já destruíram toda nossa cerca, tão queimando tudo lá. É aqui próximo ao INSS – no perímetro urbano, e ai eu apresento essa minha dor, esse nosso momento de sofrimento, e minha solidariedade aos demais que estão passando por esse momento. Obrigado!

Major Lopes – Polícia Militar: Gostaria de cumprimentar a todos, na pessoa do Desembargador Tyrone, eu sou o Major Lopes, e hoje estou na função de Subcomandante do Batalhão da Polícia Militar, o atual Comandante, Major Ramon, ele teve que se afastar por alguns dias por questão de saúde, e hoje está fazendo 10 dias que eu me apresentei na cidade, vindo de Icatú, que é a 2ª cidade em invasão de terreno. Bem podemos observar ate agora é que tem sido invasões sistematizadas, me parece algo orquestrado, e temos recebido muitas demandas desde a semana passada, de proprietários de terrenos alegando que suas terras estão sendo invadidas, e dentro do que cabe legalmente a Polícia

Militar estamos atendendo essas ocorrências, invasão de propriedade é CRIME, tipificado no Código Penal – Invasão de Propriedade com esbulho possessório.

E quando estamos identificando essa situação, estamos fazendo a condução dos invasores, para que sejam tomadas as providências cabíveis. Desembargador, está sendo um “boom”, são várias invasões sistematizadas, acontecendo em vários pontos da cidade, tem os que já fomos atender a solicitação, fomos com o proprietário, com os documentos, e utilizando do “bom senso”, conversamos. Até porque a história recente do Brasil, temos operações mal sucedidas das Polícia Militar nas questões agrárias e temos esse cuidado. Hoje temos um pensamento diferente da atuação da Polícia, o direito do cidadão, não cabe mais a Polícia agir com violência, mas agimos com assertividade, tudo dentro do que cabe na nossa função. Aqui também foi levantado outras questões relacionadas a Segurança Pública, questão do PROERD, o nosso Proerd é ineficiente, estamos trabalhando, estamos desenvolvendo. A questão dos dependentes químicos, do uso de entorpecente, é uma questão de saúde pública, mas sempre recai sobre a Polícia Militar, porque leva a outras circunstâncias. A pessoa que é dependente, precisa de recursos para comprar o entorpecente, acaba acontecendo ilícitos, ai nesse momento a Polícia age como “remédio” da situação, mas temos projetos dentro da Polícia Militar, que é o Proerd, que é um projeto muito bom, que existe em outros estados, estamos trabalhando nisso e vamos progredir.

Réplica da Sra Lilian Oliveira – Eu parablenizo, mas que eu quis falar é o efetivo, que eu sei que em relação a Polícia Militar é pequeno, até porque a cidade é bem maior do que o quantitativo do Proerd poder dá conta, sobre esse critério que eu queria comentar, é aumentar o quantitativo porque só assim vai melhorar muito mais a prevenir essas crianças e adolescentes a se livrar do mundo das drogas.

Major Lopes: é verdade, nosso efetivo é muito pequeno, mas usamos todas as estratégias disponíveis para a gente e vamos conseguir, o Major Ramon é um Comandante muito próximo a comunidade, entende dessas demandas sociais, é um Oficial engajado nisso.

Sobre o trânsito, está sim sendo feita a fiscalização e atuação desses veículos.

É satisfatório estar hoje aqui, ouvindo os senhores e senhoras, trazendo essas sugestões, reclamações, é um feedback que nós temos para dosar nossas ações. O batalhão está de portas abertas para a comunidade, podem nos procurar, conversar, solicitar nossa ajuda, no que se refere a Segurança Pública e outros assuntos que envolvem a Segurança Pública.

Fala do Desembargador: acho bom sempre essas reuniões, umas conversas entre as Autoridades que tratam desse assunto é importante. Porque esse assunto, que é a solução desses conflitos fundiários, essas inquietações, é uma coisa difícil, além de difícil são providências que se tem que tomar de imediato, logo que acontece.

Sra Celí Cabral – Representante das pessoas com Deficiência: Sabemos que no município existe um número muito grande, eu trago uma informação, uma reflexão, porque o município tem um número muito grande de pessoas com deficiência (e vem crescendo ainda mais), pessoas com TEA, e temos aqui o CAPS – Representado pela Karina (que tem feito um excelente trabalho no município), temos também agora uma Associação AMMA – Associação de Mulheres e mães de Autistas – e graças a DR Almicar, nós temos uma sede que fica localizada no Cabalau, estamos avançando, mas eu pergunto, já que o número só tá crescendo: o que nós temos a somar? Como podemos ajudar? Como podemos fazer em meio a esse transtorno, dessa busca dessas mães por esse atendimento que ainda é pouco, a cidade ainda tem pouco atendimento pela falta de profissionais, que ainda é pouco mas tá se fazendo o possível. Eu pergunto: o que fazer para ajudara essas mães? Como fazer? Não é fácil descobrir que você tem um filho Autista, essas mães têm essa dificuldade, precisam muito desse apoio. Como fazer e o que fazer pra somar para ajudar? É importante ter um olhar pra esse atendimento. Obrigada!

Fala do Desembargador: Essa é uma preocupação importante, eu vejo que a Justiça Brasileira, sobre a atenção do Conselho Nacional de Justiça, tem dado uma atenção muito grande a esses aspectos sociais, realmente eu me preocupo com a sociedade, com essa parte da saúde, nós temos setores, grupos de desembargadores e comissões que tratam dessa questão e eu acredito também que esse é um assunto que nossos colegas aqui presentes, possam direcionar, podem orientar, lá no próprio Tribunal de Justiça como podem fazer alguma coisa nesse sentido. Não estamos falando em

intervenção judicial, estamos falando em intervenção social, solidariedade, colaboração, e isso, claro, nós que somos Servidores Públicos, temos responsabilidade por isso. Obrigado!

Drº Ivis – Juiz da 2ª Vara : Diante das reiteradas manifestações sobre as questões de invasões, quero prestar esclarecimento, inicialmente em relação ao Judiciário, essa medida precisa chegar ao Fórum, precisa ser comunicado por um advogado, é preciso que o fato – a invasão – chegue até as dependências do fórum. Além disso, vale esclarecer aqui que a possessória, a Lei estabelece alguns requisitos que o Judiciário não pode desobedecer e que as vezes o cidadão comum não compreende a demora que é uma Ação Possessória, explique-se: quando há a invasão de diversas pessoas – supostos invasores – temos toda uma tramitação da Lei, tem que marcar audiência de conciliação, audiência de justificação, e além disso, até de certa forma desafio aqui, temos diversos advogados presentes aqui Drº Milton, Drº Gracivagner, Dra Míra, Dra Bruna, não há processos pendentes de julgamento na 1ª e na 2ª vara de possessória. Eu falo aqui com certa convicção na presença do Drº Lucas e da Drª Sandra, nós estamos sempre decidindo o processo, marca a audiência, e muitas vezes a falta de documentação – Desembargador Tyrone – a gente se sente na obrigação de marcar audiência de justificação, para ouvir a parte, para compreender de fato o que está ocorrendo, e além disso, e o que talvez as pessoas não estejam compreendendo – Desembargador Tyrone – que a decisão é prolatada na 1ª e na 2ª vara. O que acontece é que a decisão judicial é prolatada e o Major Lopes tem conhecimento disso, a decisão vai para o Comando Superior da Polícia Militar, que faz um estudo sobre os “invasores”, justamente a pauta do Major, a preocupação que não seja de forma agressiva, que seja o cumprimento de uma decisão judicial de forma pacífica, nos termos da Lei, muitas vezes o pessoal do Direitos Humanos, do ITERMA, são ouvintes dessa demanda, ou seja, a decisão judicial tá prolatada, o Judiciário já fez o seu papel, agora infelizmente muitas vezes são demandas complexas que requer um estudo da Polícia Militar e outras instituições e tem que ter aquela concretização daquela decisão judicial, um pedido que determina a retirada de “fulano de tal” infelizmente acaba tendo uma demora, pela previsão legal. Agora repito: eu desafio qualquer advogado e qualquer parte que venha, por ventura, dizer: eu tenho processo na 1ª ou na 2ª vara que está demorando muito pra decidir sobre uma Ação Possessória, isso não existe, o que existe é essa marcação de audiência que muitas vezes demora um pouco, pra intimar as partes – infelizmente temos problema de endereço, as vezes não é encontrada a parte requerida, o processo demora ainda mais, muitas vezes temos que intimar para confirmar endereço e telefone, então tudo isso acaba demorando no processo. Agora o Judiciário a todo momento movimentando o processo, todo momento o Judiciário decide as ações possessórias em audiências são decididas na 1ª e na 2ª vara, são encaminhadas a Polícia Militar, quando a Polícia Militar de fato não é simples se deslocar, ir até a localidade, fazer um estudo, averiguar quantas pessoas são, qual a necessidade de “batalhão”, de um reforço Policial, infelizmente há uma demora por previsão legal, só queria esclarecer essa situação, nós da 2ª Vara, e acredito que na 1ª vara de Barreirinhas, estamos a disposição das partes, caso tenha algum processo que não tenha sido julgado, eu acredito que isso não tenha, porque tenho convicção que não tenha processos com mais de 100 dias na 2ª Vara, e na 1ª vara agora, infelizmente pode passar a sensação de demora judicial, é esse processo que eu acabei de mencionar. Obrigado!

Drº José Lima – 1ª Vara: Desembargador Tyrone, o desafio proposto pelo meu amigo, Drº Ivis quanto a existência dessas demandas relacionadas especialmente na 1ª Vara, não vai precisar ninguém falar – eu sei, eu mesmo vou falar – nós recebemos um acervo entorno de 9 mil processos, quando da instalação da 2ª Vara, na dinâmica decidida pela corregedoria, em razão da competência, um assunto difícil de falar de certa forma para que as pessoas possam entender, essa conceituação dificulta a compreensão pelas pessoas em geral, especialmente quanto as Ações Possessórias, eu tinha ciência da complexidade do assunto, em razão talvez de uma herança cultural, enfim, é uma demanda que realmente suplanta a vontade de qualquer Juiz, de todos os servidores, a comunidade jurídica sabe disso, há uma dificuldade absurda com relação ao que é proprietário, com o que é posse, e uma confusão que infelizmente é generalizada, e que impossibilita a compreensão da lide, compreensão do litígio, não adianta, aqui acolá vão falar: a mais o Juiz da 1ª Vara, recebe a parte, não recebe, os advogados me conhecem, nesse ponto eu fico muito tranquilo, e sempre os recebo. Agora receber “uma parte” – Desembargador Tyrone a não ser na presença da outra, gera para o julgador uma

situação difícil, eu até posso receber em geral as partes do litígio, sempre comparecem na secretaria é verdade, querem conversar com o Juiz, desde que a outra parte esteja presente, porque aí você tem uma equidistância maior com relação as partes especialmente. A vara que eu sou titular, tem um número de demandas processuais, nós fizemos um esforço concentro para julga-las. Foi determinada a Secretaria a inclusão de todos em pauta, foi um número de audiências muito grande, a demanda não haveria de ser complexa em tese, mas, na prática, é, em razão de peculiaridades locais, a Corregedoria Geral de Justiça do TJMA, que já foi destacada aqui, o nobre Desembargador Fróz tem tido um olhar especial para Barreirinhas, quanto a atuação do Núcleo de Gestão Fundiária, coordenado pelo Juiz Douglas que já esteve aqui em várias oportunidades. Agora a regularização fundiária só é possível no aspecto administrativo, infelizmente há um litígio generalizado na cidade, isso impede, inclusive que o próprio julgador, eu e Drº Ivis, façamos comentários quanto ao mérito, as audiências têm ocorrido, as sentenças têm sido proferidas, mas em razão, inclusive de partes que tem vários litígios, gerando conexão, litispendência, discussão quanto a coisa julgada, enfim, é praticamente impossível dá vazão a essas demandas, na medida dos anseios dos envolvidos, principalmente por se tratar de terras, parece que o esforço do Município, que tem ocorrido até agora ainda não tenha sido suficiente quanto a implementação da regularização fundiária na cidade. Quanto aos contornos próprios da lide, a própria dinâmica da disputa pela posse coletiva da terra, é como disse Drº Ivis, nós ainda temos outro parâmetro, se há uma invasão de multipessoas, a norma já é outra – inclusive a concessão da própria liminar já é dificultada pela própria legislação, inclusive a intervenção do Ministério Público – por exemplo – que numa lide entre 2 particulares não existe. Quem dera no Poder Judiciário, Desembargador Tyrone, pudesse atuar com algum protagonismo nesse ponto – não há. Há sempre limitação da legislação e outra questão no aspecto criminal todo discutível quanto ao esbulho possessório, tem mais contornos cíveis, parece uma demanda cível, isso não é culpa do Poder Judiciário, mas realmente é muito difícil a compreensão das pessoas, daí a grande relevância dos advogados pra que possam instruir essas pessoas, quanto a precariedade documental, até mencionei na nossa reunião prévia, mas hoje temos em Barreirinhas novos bairros, e numa ação possessória nós não temos, não sabemos se quer Dr Reinaldo, a localização da coisa, pede-se em juízo, Desembargador Tyrone, há como recorrência, não em razão dos advogados, mas em relação da documentação precária apresentada pela parte, a posse de uma área que o judiciário não tem como “precisar”, no ponto de vista a geo referencial qual é, tornando impossível a implementação da medida – essa é a realidade. É difícil expor numa Audiência Pública assim, mas talvez seja a única oportunidade que eu tenha para falar assim desse assunto e reiterar nosso comprometimento, com meu amigo Drº Ivis, quem sabe daqui 1 ou 2 anos, na 1ª Vara de Barreirinhas, não exista mais nenhum processo de Regularização Fundiária de Posse pendente de julgamento. Nós reduzimos o acervo pela metade, mas, ainda assim, é considerável continuarmos com Fé e Esperança de equacionar esse acervo. É isso, obrigado!

Fala do Desembargador: Muito importante esclarecimento até para mostrar um pouco o que, as vezes não depende apenas do Judiciário, é uma rede de autoridades que tem que resolver essas questões e as vezes se torna a complexidade grande e termina ficando travado, aqui acolá – entendeu, e tem uma legislação que dificultando bastante, mas eu acho que todos nós iremos nos empenhar para melhorar, que não é só aqui não, e em todo país.

Fala Drº Lucas Uchoa – Defensor Publico: Me coloco aqui a disposição da OAB, representado aqui pela Dra Sandra, para que a gente discuta de fato tecnicamente essas Ações Possessórias, porque incomoda ao cidadão e a cidadã, que muitas vezes não entende a técnica jurídica, então aqui eu fico muito à vontade, porque atuo tanto para o autor, quanto para o réu, independente do caso em “condessa”. Concordo com o Major, não é um caso de Polícia, a despeito de estar lá no Artº 161 – que fala sobre esbulho possessório – que é mediante queixa-crime, não é um caso de polícia definitivamente como regra, excepcionalissimamente, mas como polícia tem essa relevância social, acaba sendo procurada pelo cidadão e pela cidadã. O nosso colega “ali”, teve seu terreno ao lado da Defensoria Pública, “invadido/ocupado”, eu imagino a dificuldade. Eu me coloco a disposição da OAB para que juntos pensarmos de fato numa técnica jurídica adequada, porque muitas vezes atuando na defesa do réu, com todo respeito – sem querer ser “professoral” – com o pedido inadequado – no

sentido jurídico da palavra. Então o cidadão aparece em juízo, proprietário de um imóvel, me pedindo posse, vai perder, e a culpa não é do juízo, é porque houve um desrespeito a legislação, e tem muitas vezes recursos, tende a discordar da decisão, recorre judicialmente. Então me coloco a disposição para discutir junto com a OAB e o Ministério Público, se “vira o jogo” eventualmente se a gente souber de grupos orquestrados – como me parece ser eventualmente, porque a gente tem outro controle jurídico, e por isso a Serventia Extrajudicial é importante, porque o cidadão muitas vezes não sabe, que aquele “dedinho” carimbado simplesmente, seja um reconhecimento de firma, o que me parece não compete ao Policial Militar que tá na ponta, ir resolver uma questão possessória, então é uma questão do Poder Judiciário, então me coloco a disposição da OAB, para que juntos a gente faça um dialogo, faça uma construção, que se tome as medidas adequadas, porque não adianta nada, eu entrar com uma ação penal e mandar pro trabalho, liminarmente improcedente, isso faz com que muitas vezes a ação seja perdida. Mais uma vez, me coloco a disposição para que todos nós façamos uma “ponte” para aplicação da melhor técnica jurídica, para o caso concreto. Obrigado!

Secretário do Meio Ambiente – Dr Adler Leitão: Cumprimento a mesa em nome de V. Exa Desembargador Tyrone. Sou testemunha do que falou nosso colega, Drº Orlando, sobre o seu trato com a advocacia, porque também sou advogado por formação, hoje ocupo o espaço de Secretário de Meio Ambiente, conheço o trabalho que vem desenvolvendo judiciário em nossa comarca, o quanto evoluiu na nossa comarca o trato do judiciário. Sofremos no passado com um judiciário distante da população e hoje temos um judiciário atuante. Me formei em 2002 e vim morar aqui em 2004, quando então já existiam esses problemas de invasão de terras. Lembro-me de um caso específico aqui do bairro Boa Vista, onde o judiciário a tempo e modo, respondeu com as devidas liminares, se tentou tirar aqueles invasores e não conseguiu, hoje é um bairro, mesmo com uma liminar a ser cumprida, a Polícia Militar nunca conseguiu cumprir por faltar aparato suficiente para isso, - Não culpo a Polícia por não fazer, mas estivemos diversas vezes com o Comandante da PM – que já passaram por lá, e mesmo assim não se conseguiu fazer. Eu citei essa situação apenas como exemplo, mas nós vemos aqui da Cidade Nova, da Santa Cruz, e outras tantas, invasões que imperam em nosso Município e que se firmaram como bairros, que trazem essa insegurança para nosso cidadão. Estamos em insegurança porque, porque basta que se invada, não se apresente um documento justo, como disse nosso Defensor Público – que o parabenizando também pelo trabalho que vem desenvolvendo excelente frente a Defensoria, mas que eu ousou discordar um pouco no sentido do que se sabe sobre o Código Civil, hoje é que ele adotou a “Teoria de Ihering” com relação ao que se entende por “posse”, e o que a gente tem visto nessas últimas invasões é que não se respeita, não se respeita posses velhas. Antigamente onde se tinha cercas, onde se tem muros, onde se tem casas, e em uma dessas invasões, levaram os portões da casa murada, se queimou toda a casa. Eu vi, estava com a vereadora Sandra (Via Box) próximo ao local, e nós vimos as pessoas entrando, derrubando o mato, derrubando a cerca Desembargador Tyrone, então Exa, o que nós temos visto na verdade, é que aquelas pessoas que estavam lá, naquelas primeiras situações, são as mesmas pessoas que estão agindo agora. Agora o que temos de denúncias, eu enquanto Secretário de Meio Ambiente, tenho recebido muitas denúncias em meu celular daquela área. A gente não tem aparato suficiente para “culpar” quem é que está lá, o que a gente vê lá, são Hilux, que a gente vê são as pessoas com bastante poder aquisitivo, financiando pessoas menores, para que se venda daqui a pouco o terreno, e nesse especificamente que a gente visualizou, é como vai se instalar lá um “Mateus (Supermercado)”, a área tá supervalorizada e o pessoal tá com interesse, então assim o que gera para nossa população essa insegurança, hoje mesmo, independentemente de título, independentemente de se ter recibo, Desembargador, que se tenha uma posse que se deve ser respeitada, mesmo cerca há 20, 30 anos, eu acho que nesse momento, cabe a nós, que somos autoridades, que a sociedade toda almeja por justiça, nós temos sim que atuar, e não dizer: só o grupo que tiver o título, ou se tiver registrado em cartório, se tiver assinatura “de num sei o quê”. Eu lembro que nossa cidade é uma cidade que era de difícil acesso, eu vim pra cá, viajava cerca de 24/48 horas pra chegar São Luís / Teresina pra cá, era muito difícil acesso, e de uma hora pra outra a cidade se tornou uma Vitrine pro Mundo inteiro, a realidade não conseguiu acompanhar o que os documentos que precisavam. O que até pouco tempo era área da Marinha e o que era do município, e que até hoje, Atins por exemplo, há uma dificuldade para isso. Em gestões passadas, hoje se fala

que “parece que se esqueceram da população”, tanto o Executivo não esqueceu e o Judiciário não esqueceu, mas o que está acontecendo aqui, um momento tão belo quanto esse, eu durante esse tempo meu aqui, eu nunca tinha presenciado tal fato, e parablenho vocês por essa iniciativa, mas nossa população está clamando, clamando por medidas imediatas, a gente não pode esperar daqui a uma “liminar”, a gente está vendo aqui são grupos que estão com Banditismo Social, exercendo essa falha, talvez de legislação, talvez do judiciário, talvez da Polícia Militar, talvez do Poder Executivo, mas também da nossa população que não usa do recurso imediato para se defender, então Desembargador, eu aqui humildemente peço em nome da população, que não se fale. Que se possa fazer uma reunião, que saia daqui com dia/data/hora, que se convide essa população – comunidade, que tá sofrendo, pra um dia definido para que a gente possa sim, atuar conjuntamente, e que esse dia, seja um dia marcante para a história de nossa cidade. Muito obrigado!

Fala do Desembargador Tyrone: Muito obrigado por seu depoimento. E eu diria até que o Desembargador Raimundo Barros chegou num momento oportuno, que atua na cível e na criminal – no Tribunal, para registrar que o Desembargador Raimundo Barros é morador aqui de Barreirinhas, tem residência aqui, tem raízes, desde o tempo que Barreirinhas tinha grande dificuldade de mobilidade em termos de transporte, ele foi Promotor, ele conhece muito bem Barreirinhas e a muito tempo, e eu já vou passar a palavra pra ele, já pra tratar desse assunto aqui, porque isso passa muito por ele lá, porque ele é Desembargador da cível, lá do Tribunal, e eu tenho conversado muito com ele lá, e me parece que tem incomodado muito ele como julgador, essa grande dificuldade em dar soluções, nessas questões de conflitos agrários, e passou a ser até urbano também, é o que tá sendo o caso aqui. Desembargador Raimundo Barros, muito obrigado pela sua presença aqui.

Fala do Desembargador Raimundo Barros: Eu agradeço o convite, boa noite a todos! Saúdo meu querido amigo Desembargador Tyrone, que compõe a mesa Diretora do tribunal, ao nosso Prefeito Amílcar Gonçalves, que é do mesmo concurso de Promotor, é que ele não quis assumir, ele tinha um Escritório de Advocacia já rentável, então preferiu não se aventurar no Ministério Público, que há época não pagava tão bem, aí depois foi para a Magistratura Trabalhista, cumprimento aqui meus colegas de magistratura, juízes aqui da Comarca de Barreirinhas, na verdade eu quero dizer de antemão que eu venho a Barreirinhas mais como turista, venho pra apreciar a natureza, porque adoro a natureza desde quando fui Promotor aqui, em 1984. Tem o Drº Baial, que foi nosso colega de Magistratura, tem, com certeza, outros advogados. Então eu já achava Barreirinhas um lugar muito bonito, super agradável, atraente e muito tranquilo, naquela época, eu pra vir a Barreirinhas, ia pra minha terra, Urbano Santos – sou do interior de Urbano Santos, e isso era mais ou menos um dia de viagem, e depois enfrentar 98 km de areal de Urbano Santos para Barreirinhas, e aqui encontrava o Drº Milton Dias, que era advogado atuante aqui na região, pai do nosso Prefeito aqui, basicamente era o único advogado que a gente tinha aqui que atuava. Antigamente as 18 horas aqui era um silêncio, uma tranquilidade, hoje eu até evito de vir ao centro de Barreirinhas, porque é um trânsito e a movimentação de pessoas intenso. A cidade vai atrair e continuar atraindo, e recentemente eu trouxe um amigo que integra o Tribunal da Bahia, ele ficou encantado, disse que não tem nada parecido, e olha que baiano é entendido em turismo, disse que nunca viu nada parecido com os Lençóis Maranhenses, claro, se queixou da falta de estrutura, mas isso tudo é uma discussão que está sendo feita com o tempo. Sobre essa Audiência Pública, ela é sempre muito bem vinda, ela é para nós do Judiciário um risco, isso porque recebemos todas as reclamações que as vezes as pessoas têm para fazer de nós, as vezes umas boas, outras, ruins. Eu tenho dito no Tribunal de Justiça, depois de muitos anos de Magistratura, que o TJ tem vários projetos importantes, e tem feito um bom trabalho, tem o projeto chamado de Justiça de Proximidade, projeto sobre Regularização Fundiária e tantos outros, mas eu sempre fui concentrado, e continuo achando que esse é o principal papel – e por Lei, que nós somos Juizes, nós somos julgadores, e como julgadores nós temos que tomar decisões, temos que fazer um esforço para atender, para poder julgar, e decidir, porque os outros projetos importantes, mas o cidadão quer mesmo é vê o processo dele julgado, decidido, isso que é importante. Então a Audiência tem esse aspecto muito positivo, e nós ouvimos as reclamações e devemos estar abertos a ouvir elas, porque elas vão nos trazer esses desídios né. Barreirinhas então, fervilha de processos, estou aqui com 2 jovens magistrados, cheios de energia e vão ter muito trabalho, e terão muito mais

ainda, porque Barreirinhas tem, não só a capacidade de futuro, mas a do presente, e por ser uma cidade importantíssima, por sua beleza e sua atividade que é acima do turismo. Não tenho receio de ouvir reclamações, ainda ouço muito se dizer: a Justiça pe lenta, as vezes a justiça não decide rápido, mas no dia a dia eu procuro, dentro do meu espaço como julgador, melhorar esse retrato que a justiça ainda tem. O Judiciário tem melhorado muito, não tem nada parecido de quando eu comecei, hoje se julga muito, porque a demanda é muito alta, mas estou aqui, junto ao Desembargador Tyrone para ouvir as reclamações dos senhores, guardá-las comigo – mas no bom sentido, acredito que não só em forma de bons julgadores, enquanto cidadão a gente pode contribuir, para a melhoria dessa região. Muito obrigado!

Fala do Sr Ivagno Souza – Presidente da Associação do Residencial Brasil: Fala sobre a falta de segurança, pedido de instalação de câmeras de vigilância, e aumento no monitoramento dos policiais. Fala do Tabelaio – Renato Madeira: Agradeço a iniciativa do Judiciário por essa Audiência Pública. Nós temos no Cartório um acervo razoável, mesmo após perdas por tempo, incêndios e outras situações. No semestre anterior a minha entrada foram praticados cerca de 13 mil atos, e nesse último semestre nós praticamos 33mil atos, então nós praticamente triplicamos esse número de atos, assim como Registro Civil, Registro de Óbito, Casamento. Porque no Cartório a gente “nasce e morre”, e mesmo após a morte, nós temos questionamentos sucessórios, inventários extrajudiciais tamanha a relevância do cartório. Mas o foco da audiência é o conflito agrário, só pra ter uma ideia, quando eu ingressei no cartório nós tínhamos cerca de 6 mil matrículas, mas alguém pode questionar: mas Barreirinhas é muito maior, não tem só 6 mil imóveis, mas há uma deficiência histórica de registro de imóveis, Barreirinhas começou a base da informalidade – infelizmente, estamos aqui falando de situações urgentes, que dizem respeito intervenção policial, as decisões judiciais, mas nosso problema vem de muito antes, e a título de sugestão, necessitamos de fazer essas intervenções urgentes, e ao mesmo tempo cuidar da nossa Política Pública, aqui está dona Vera, que assumiu recentemente a Secretaria de Regularização Fundiária, mas antigamente a gente não se comportava dessa forma, somente como ator, por mais que o Cartório seja o destinatário da

Regularização Fundiária, a última instância da regularização, nós participamos de reuniões, redação de minuta, de legislação, orientação, acompanhamento, compartilhamento de informações, e hoje nós temos uma secretaria de regularização e o cartório alinhados, porém tenho que afirmar, que não suficientemente investigue todo poderio e toda importância que a regularização fundiária traria para Barreirinhas, é uma necessidade urgente também, intensificar a Política Pública de regularização de imóveis, para que essas pessoas que hoje tem uma posse, possam ter um título de propriedade que os tornam, que no direito exige, proprietários a partir do registro na Serventia Extrajudicial. Então senhores aqui em Barreirinhas vocês sabem que aqui tem aquela “cultura do recibo” ou do “contrato”, - assina aqui, assina ali, leva no cartório, aí Desembargador começa os problemas, lá no cartório se faz, o que a Lei nos exige, que nós façamos o reconhecimento de firma, a pessoa chega lá, o escrevente treinado reconhece a firma que está cadastrada de quem vende e reconhece a do comprador, e a população sem a instrução necessária, muitas vezes, ela entende que aquilo ali é um título de propriedade, então começam os problemas dali, isso não quer dizer senhores que, a posse, o fato de vocês não terem o título de propriedade, não possa ser objeto de proteção, mas a regularização com a matrícula do imóvel, vai dar um status jurídico de proteção muito maior, é isso

que a gente conclama a Sra Vera e o poder executivo para valorizar ainda mais toda essa iniciativa de regularização Fundiária, principalmente Dr Lucas, como interesse social, - Eu não tenho condições de paga a Regularização Fundiária, mas existe uma outra ferramenta que é a Regularização Fundiária com interesse social, que essa aí Senhores, é isenta – não somente do Município, mas também do Cartório, é importante falar pra vocês também, que muita gente não sabe, o dinheiro que entra no Cartório, não é do “tal Dono do Cartório”, boa parte daquela remuneração é destinada a fundos previstos em Leis, é destinado ao próprio Tribunal de Justiça. Então como Servidor Público – Agente Público, recebo parte daqueles emolumentos, e por minha conta e risco investir no Cartório, todos os funcionários que lá existem, toda estrutura custeada por mim, parte dos emolumentos – no caso específico da Regularização Fundiária com Interesse Social, não se recolhe nada, nem para o Cartório, a Lei protege aquele que não pode pagar. Seria interessante do Drº Douglas voltar aqui com o Núcleo

de Regularização Fundiária, marcar uma nova reunião, para entrarmos com esforço conjunto. Chamar a OAB para que seja alvo de cobranças também, porque ao mesmo tempo que temos ações urgentes, nós temos também Políticas Públicas a cumprir para que seja um caso de prevenção a esse tipo de litígio, a esse tipo de violência que estamos vivenciando. Muito Obrigado!

Fala do Desembargador – Tyrone: Muito obrigado pelas suas informações, muito importantes.

Fala do Advogado – Drº Orlando da Silva Campos: Desembargador, essa questão da Regularização Fundiária, esses conflitos possessórios realmente é preocupante, eu gostaria de me dirigir especificamente ao Prefeito Dr Amílcar e aos juízes, especialmente o da 1ª Vara onde hoje tramita grande número desses processos, estabeleceu-se aí uma máxima que o município não faz acordo quando tem litígio, quando tem demanda judicial, eu não encontro nenhum ponto jurídico para explicação absoluta pra isso, eu acho que qualquer demanda pode ser feito um acordo, em qualquer fase, como Vs Exa sabe, inclusive quando a demanda é contra um ente público, não é possível conceder uma liminar, sem antes ouvir o ente. Não vejo dificuldade nenhuma em se fazer um acordo, aí eu lhe pergunto, fazendo uma interpretação literal, nesse sentido, para que então existe a possibilidade de acordo então, porque a gente sabe que é possível sim. O nosso Procurador aqui, eu já tive alguns casos que o Procurador Municipal e eu me lembro muito bem, eu e o Drº Milton Filho, tive a honra de fazer vários acordos com ele enquanto Procurador, não vejo nenhum tipo de dificuldade nesse sentido, viu Srº Defensor Público, não vejo razão para isso, se a ideia é contribuir para diminuir esse número excessivo de conflito, esse pode ser o mecanismo usado também. Muito Obrigado!

Fala do Desembargador – Tyrone: Dr Amilcar vai falar também né, e aproveitar para dar explicações sobre essa questão, e eu até colocaria aqui também, se esse núcleo aqui de Regularização Fundiária já esteve aqui – sim já esteve várias vezes.

Fala do Prefeito – Srº Amílcar Gonçalves: Essa semana fui surpreendido com casos de ocupações irregulares, na tentativa de tomada das posses, mansas e pacíficas – ocupadas por pessoas conhecidas pela sociedade durante muitos anos, muitos casos eu tinha anotado – numa reunião que eu tive antes de vir pra cá com alguns vereadores e com secretários, para saber em que posição nós vamos tomar diante disso. Já tinha conhecimento de 8 casos, esse do laçador é novo também. Estamos preocupados porque tem que haver um esforço conjunto da sociedade, da autoridade executiva, da autoridade do Judiciário, da Polícia Militar, da Polícia Civil, das forças de Segurança Pública. O que mais me assustou foram os nomes que foram citados, alguns empresários, cogita-se alguns políticos, de pessoas que realmente estão utilizando como trampolim, pra fazer especulação imobiliária, pra tentar compra terreno mais barato, pra fomentar uma confusão no meio da nossa Sociedade, sem objetivo social nenhum.

Fala da Secretária de Regularização Fundiária – Sra Vera Costa: Sou agrônoma, minha experiência é em conflitos rurais, desenvolvimento rural, mas topei o desafio e compreendo da extrema dificuldade que o município passa, sobretudo a sede em função da regularização da terra, e nesse momento que estamos passando o quanto a população se sente insegura. A gente recebia 10 a 15 demandas na secretaria, só essa semana nós recebemos 3 vezes mais, a população sobretudo de baixa renda está extremamente insegura e amedrontada, pois eles têm aquele documento e os invasores dizem que aquele documento não vale nada. Esse momento é importante porque a gente tem a oportunidade de socializar aquilo que estamos fazendo, sobretudo o esforço do Poder Público Municipal faz, e também estabelecer esse laço de parceria de proximidade, entre o Legislativo, Executivo e o Judiciário, e principalmente a Sociedade Civil que é realmente a “dona da história”, nós nas instâncias públicas somos pagos pra prestar um bom serviço e que nem sempre isso acontece por conta das dificuldades que nós todos conhecemos, eu imagino o que é ficar na posição de membro do Judiciário quando surge esses mesmos problemas e a população desconhece os trâmites e termina colocando a culpa no Judiciário e em todas suas instâncias essa ineficiência, a gente sabe que evoluiu bastante, isso a gente reconhece. Em relação a secretaria de regularização fundiária, esse dado que o Tabela colocou, já confirma o quanto Barreirinhas precisa ampliar a situação da Regularização Fundiária. Outro trabalho também que é um trabalho interno que é a digitalização dos processos antigos, esse é um trabalho silencioso mas que requer um esforço tremendo da Gestão Pública. Muito Obrigada!

Fala do Dr Milton Filho: Peço a Sr Amílcar, na condição de prefeito, que atenda aos reclames da nossa sociedade em relação a sugestão que foi dada, inclusive já até te dei essa sugestão, em relação a redução de taxas e impostos, de baixar um Decreto reduzindo os valores de dívidas passadas, para que a população tenha como fazer essa regularização de forma mais fácil. Muito Obrigado!

Fala do Drº Lucas – Defensor Publico: explicações sobre a cobrança de valores pelo cartório e a lei que rege os emolumentos.

Fala do Drº Ivis Monteiro – Juiz da 2ª Vara: Agradecer o reconhecimento do nosso trabalho e empenho, sobretudo dos servidores. E quero fazer uma Sugestão ao Desembargador Tyrone, não sei se foge da competência dele – no sentido de como já dito pelo Prefeito – os juízes não podem participar dessa Comissão, até porque Juiz julga, fazendo a sugestão no sentido de – eu e o colega José Lima tomaremos providências junto ao Comando Superior da Polícia Militar, para dar mais celeridade a essas decisões liminares, para que a Polícia Militar possa cumprir com maior celeridade e pedir ao Desembargador Tyrone possa oficiar ao Comando – diante do que foi exposto aqui abertamente, o que foi aqui reiteradas vezes a questão de invasão de terras. Então peço ao Desembargador Tyrone, se possível, oficiar o Comando para que dê maior atenção as decisões prolatadas pela 2ª Vara e pela 1ª, para que a população possa de fato ver que a concretização da decisão judicial reintegrando a sua referida terra.

Fala do Desembargador Tyrone: Claro, vou tomar todo empenho em relação a essas ações. Obrigado!

Fala do Drº José Lima – Juiz da 1ª vara: Agradecer, quero falar em nome do Judiciário todo, com a permissão do Desembargador que, aqui em Barreirinhas o Judiciário está ativo o tempo todo, como quer a nossa Presidência. Falar do compromisso de todos, inclusive dos servidores que merce esse reconhecimento. Senhores, senhoras, muitíssimo obrigado!

Fala do Desembargador Tyrone: Agradecer a presença de todos, muito obrigado.

Os trabalhos foram finalizados às 21h. Para constar, eu, Édila Albuquerque e Sousa, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Ouvidor do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, Desembargador Tyrone José Silva.

Tyrone José Silva
Ouvidor Judiciário